



A PERCEPÇÃO DO COOPERATIVISMO PELOS AGRICULTORES FAMILIARES ASSOCIADOS DACOOPERATIVA MISTA AGROFAMILIAR DE VERA CRUZ DO OESTE - A TULHA

THE PERCEPTION OF COOPERATIVISM FOR THE FAMILY FARMING ASSOCIATED WITH THE AGROFAMILIARY COOPERATIVE OF VERA CRUZ DO OESTE - "A TULHA"

Caroline Monique Tietz Soares*
Juliane Vanderlinde Hort**
Renée Bejamini***
Dirceu Basso****

RESUMO

É notório o reconhecimento do papel da agricultura familiar como impulsionadora de desenvolvimento, crescimento e organização socioeconômico dos pequenos agricultores. Considerando a atual competitividade dos mercados nacional e internacional, as cooperativas desempenham papel fundamental, vinculando o produtor rural ao mercado. São muitas as famílias da agricultura familiar que, através de processos de organização da produção, com assistência técnica, acesso ao crédito e ao mercado, se fortaleceram provocando a dinamização na economia local, atestando serem as cooperativas uma ferramenta necessária para garantir o desenvolvimento local e para ampliar as ações de erradicação da pobreza rural. O presente estudo trata-se de um trabalho de campo de caráter descritivo, com visão qualitativa de análise, e desenvolveu-se na cooperativa A TULHA. Foram realizadas entrevistas em questionário estruturado aplicado à dez cooperados. Os dados foram analisados por meio das técnicas de análise descritiva, em relação aos seus procedimentos, e através do uso do software SPSS Statistics. Foram abordadas questões no âmbito da percepção do cooperativismo pelos agricultores familiares associados a A TULHA. As informações levantadas demonstram que apesar das dificuldades enfrentadas pelos agricultores, a colaboração entre eles, através do cooperativismo, desempenha um papel fundamental e estratégico para o fortalecimento dos agricultores familiares, como agentes relevantes para o desenvolvimento.

Palavras-chave: Rural; Produtores; Desafios.

* Mestra e doutoranda em Desenvolvimento Rural Sustentável pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Tecnóloga em Biocombustíveis pela Universidade Federal do Paraná. E-mail: carol.tietz@hotmail.com

** Mestra e doutoranda em Desenvolvimento Rural Sustentável pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Enfermeira e Bióloga pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná. E-mail: juliane.vanderlinde@hotmail.com

*** Mestre em Administração pela Universidade do Oeste de Santa Catarina. Contadora pela Universidade Comunitária da Região de Chapecó. E-mail: reneebejamini@gmail.com

**** Doutor em Desenvolvimento Rural e docente da Universidade Federal da Integração Latina Americana (UNILA), com atuação no Curso de Graduação em Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar. Professor colaborador do Programa de Pós-Graduação do Mestrado em Políticas Públicas e Desenvolvimento da Unila e Professor efetivo do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), mestrado e doutorado, sob convênio 02-AC/2016 entre a UNILA e UNIOESTE. Membro dos Grupos de Pesquisa: Observatório das Agriculturas Familiares Latino-Americanas (Observatório AFLA); Desenvolvimento Regional e Integração Latina-Americana; Grupo Interdisciplinar e Interinstitucional de Pesquisa e Extensão em Desenvolvimento Sustentável. E-mail: dirceu.basso@unila.edu.br



ABSTRACT

It is fundamental the recognition of the role of family agriculture as a driver of development, growth and socioeconomic organization of small farmers. Considering the current competitiveness of national and international markets, cooperatives are responsible for a fundamental role, linking rural producers to the market. Many family of farming families, through processes of production organization, with technical assistance, access to credit and the market, have been strengthened and have been stimulating the local economy, attesting that cooperatives are a necessary tool to guarantee a local development and to expand rural with poverty eradication actions. The present study is a descriptive fieldwork with qualitative vision of analysis, and it was developed in the cooperative A TULHA. Interviews were conducted in a structured questionnaire applied to ten members. The data were analyzed through the techniques of descriptive analysis, in relation to their procedures, and through the use of SPSS Statistics software. Questions were raised regarding the perception of cooperativism by family farmers associated with A TULHA. The information gathered shows that, despite the difficulties faced by farmers, collaboration among them, through cooperativism, plays a fundamental and strategic role for the strengthening of family farmers as agents of development.

Keywords: Rural; Producer; Challenges.

1. INTRODUÇÃO

Da ótica sociológica, Pinho (1962, p. 7) sistematiza que “cooperação é uma forma de integração social e pode ser entendida como ação conjugada em que pessoas se unem de modo formal ou informal, para alcançar o mesmo objetivo”. A cooperação supõe, necessariamente, a independência de trabalhar em comunidade (PINHO, 1986).

Por outro lado, os cooperados avocam papel duplo na cooperativa, de donos e usuários praticando a autogestão (PEREIRA JÚNIOR; GONÇALVES, 1995; PINHO; AMARAL, 1993; POLONIO, 2001; BIALOSKORSKI NETO; ZYLBERSZTAJN, 1994; OCB, 2018; NOVAES, 2011).

As cooperativas possuem controle doutrinário distinto (Lei n. 5.764/71), o qual determina que o direito ao controle do proprietário é desvinculado de suas cotas de capital ou montante das transações econômicas efetuadas na organização. Paralelamente a características como propriedade difusa e assimetria de informação, problemas de agência levam à expropriação dos cooperados (CARVALHO, 2005). Para Singer (2008), a retomada do cooperativismo autogestionário somente se tornou possível pelo apoio de instituições governamentais e da sociedade civil.

Tauile (2009) assegura que foi propriamente na década de 1990, que o fenômeno da economia solidária se difundiu largamente pelo Brasil e, assim, um número expressivo de trabalhadores passaram a se organizar nos chamados empreendimentos econômicos solidários, principalmente, sob a forma de cooperativas autogestionárias. De acordo com Figueiredo e Caggiano (2009), o cooperativismo teve suas primeiras instituições implantadas no sul.

Esse conjunto de experiências econômicas, chamado de economia solidária, para muitos vem sendo interpretado como uma forma de resistência à exclusão



Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local

social, pobreza e desemprego a que muitos trabalhadores são submetidos, e também como “prenúncio de um novo modelo de desenvolvimento econômico” (CUNHA et al., 2003).

Atualmente, no Brasil, o cenário do cooperativismo apresenta-se como uma importante força econômica no país. De acordo com a OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras (2018), há hoje mais de 6,6 mil cooperativas, distribuídas em 13 ramos de atividades. Nos últimos anos, o número de cooperados alcançou o patamar de 13,2 milhões de associados, os quais geram cerca de 376 mil empregos formais. Segundo o IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o número de cooperados representa 6,3% da população brasileira. Se somadas as famílias dos cooperados, estima-se que o movimento cooperativista agregue em torno de 25,4% da população brasileira (IBGE, 2015).

Gramacho (1997) apresenta em seu estudo as mudanças no cenário econômico nacional e o inevitável aumento da competitividade, que vem exigindo das cooperativas uma revisão de seus princípios doutrinários como forma de se adaptarem a esses novos tempos. Para ambos, a revisão de estratégias, estruturas administrativas e informações contábeis eficientes são ações que visam a aumentar a eficácia e a competitividade dessas organizações.

Índices de desigualdade social, distribuição desigual de renda e de terras, e desemprego acentuado tratam-se de panoramas econômicos, sociais e políticos preocupantes e característicos do Brasil, tornando os agricultores familiares cada vez mais marginalizados e submissos à dívidas e dificuldade na manutenção da propriedade. A problemática continua quando há necessidade da comercialização dos produtos produzidos na agricultura familiar. É neste contexto que se enquadra a cooperativa, a fim de auxiliar na comercialização da produção e na assistência ao produtor (SCHMIDT et al., 2005).

A agricultura familiar se organiza de várias formas. O ramo agropecuário articula estratégias produtivas e pode ser considerado o setor que mais exige atenção, pois o mercado está em constantes mudanças e essas dificilmente dialogam com as diretrizes produtivas ou comerciais presentes nas cooperativas. As inovações do mercado e do capital são ininterruptas e pedem respostas imediatas aos grupos e cadeias organizadas. Ao mesmo tempo, não existe um sistema nacional de controle e fomento a estas dinâmicas, exigindo que este ramo se articule de maneira complementar (UNICAFES, 2017).

É notório o reconhecimento do papel da agricultura familiar como impulsionadora de desenvolvimento, crescimento e organização socioeconômico dos agricultores, por ser elemento gerador de alimentos, de cuidado com o meio ambiente, com a geração de renda, além de manter o “rural com gente”. Considerando a atual competitividade dos mercados nacional e internacional, no que se refere aos produtos agrícolas de exportação brasileira, as cooperativas desempenham papel fundamental, vinculando o produtor rural ao mercado (SCHMIDT et al., 2005).



Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local

As experiências de trabalho desenvolvida por cooperativas da agricultura familiar permitiram que milhares de pessoas, historicamente excluídas, fossem inseridas no sistema econômico nacional e passassem a se organizar de forma inclusiva. São milhares as famílias que, através de processos de organização da produção, com assistência técnica, acesso ao crédito e ao mercado, se fortaleceu provocando a dinamização na economia local, atestando serem as cooperativas uma ferramenta necessária para garantir o desenvolvimento local e para ampliar as ações de erradicação da pobreza rural (UNICAFES, 2017).

As cooperativas com suas especificidades e características defendem a produção diversificada de alimentos, a produção orgânica, agroecológica e a permanência das famílias no campo, valorizando as diversidades regionais e promovendo a segurança alimentar.

Os sistemas agroecológicos são adaptados à realidade da agricultura familiar e reforçam a busca por outro modelo de desenvolvimento para o campo, o qual propõe a distribuição das terras e a produção descentralizada, agregando mão de obra, dinamizando economias e abastecendo mercados locais com alimentos saudáveis (LONDRES, 2011).

A agricultura familiar surge como um novo modelo de desenvolvimento econômico dentro do sistema sustentável, capaz de orientar a organização de unidades produtivas politicamente corretas. Esse modelo valoriza o agricultor em sua propriedade rural, diante dos efeitos da interdependência gerada entre a agricultura e a indústria. A biodiversidade desse novo modelo, o qual é apenas o resgate de um modelo de agricultura antiga e camponesa, é muito mais expressiva que a de um latifúndio monocultor, pois gera a capacidade de produzir alimentos agroecológicos de qualidade (MOTTA, 2005).

Na pequena propriedade do agricultor familiar começa o exercício de práticas sustentáveis. Dessa forma, a prática local influencia a global e, assim, o sujeito se enxerga como parte de um processo mais extenso, no qual suas ações sejam responsáveis por alterações de qualidade de vida e promovam saúde para as gerações futuras (KUMMER, 2007).

Segundo Sachs (2000), a ideia de uma agricultura familiar sustentável revela uma crescente insatisfação da agricultura moderna e, nesse contexto, qualquer política de desenvolvimento que pretenda ser sustentável deve ter como peça-chave a agricultura familiar dentro do contexto agroecológico.

A agroecologia objetiva propor alternativas para minimizar a artificialização do ambiente natural agricultável. Utiliza-se de um enfoque científico, com ferramentas teóricas e hipóteses próprias, o que lhe comporta trabalhar no âmbito dos agroecossistemas e no desenvolvimento de sistemas agrícolas complexos e diversificados (ASSIS, 2006).

Ao se voltar aos princípios da sustentabilidade rural, busca-se promover recursos de produção às gerações futuras e, nesse sentido, deve-se haver uma preocupação real com as questões ambientais e sociais, promovendo o



Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local

desenvolvimento humano, aliado à qualidade de vida. A sustentabilidade ambiental está ligada à preservação ou ao aprimoramento da base produtiva dos recursos (MOTTA, 2005; CHAMBERS; CONWAY, 1992).

Infelizmente quando se pensa em futuras gerações, surgem novos desafios para agricultura familiar. Esta vem perdendo dia após dia sua juventude para as áreas urbanas. Além da grande perda com o envelhecimento do agricultor rural, também existe o problema do inchaço das cidades, onde com as grandes populações, diminuem a demanda de empregos e aumentam as pessoas desempregadas (KIMURA, 2016).

Os jovens que migram para as cidades são atraídos pelas ofertas de trabalho, estudo e tudo o que as cidades oferecem, assim, partem em busca de uma melhor condição de vida e deixam de se preparar para dar continuidade às atividades da propriedade rural. Quando percebem a realidade, acabam retornando para a propriedade dos pais, muitas vezes já com uma família constituída e em uma situação pior do que aquela que tinham quando saíram (KIMURA, 2016).

O processo sucessório na agricultura familiar está articulado a transição e a passagem definitiva da gestão do estabelecimento para os sucessores. A sucessão deve ser conduzida com muita habilidade pelo patriarca enquanto ainda detém o poder e este processo é fundamental para manter este segmento social (MELLO et al, 2003).

Atualmente, muitos problemas são enfrentados nas propriedades rurais no que tange a sucessão familiar e a educação cooperativista. Atualmente as Políticas Públicas relacionadas com a agricultura familiar passam por um processo de revisão governamental, sendo importante que o Estado continue fomentando este segmento pela sua capacidade de promoção e construção do desenvolvimento local e de produção de alimentos saudáveis (UNICAFES, 2017).

Considerando os desafios encontrados atualmente na produção dentro da agricultura familiar, diante da agricultura moderna, é importante diagnosticar a situação atual de famílias de pequenos agricultores e suas relações com a cooperativa, afim de produzir trabalhos que possam auxiliar na promoção de ações que favoreçam o pequeno agricultor e a sua permanência no campo.

2. METODOLOGIA

O presente estudo desenvolveu-se no ambiente de uma organização caracterizada legalmente como sociedade cooperativa, a qual foi objeto de estudo. A pesquisa foi realizada na A TULHA (Figura 1) localizada no município de Vera Cruz do Oeste, Paraná.



Figura 1. A TULHA, a) interior e b) exterior.



(a)



(b)

Fonte: Os autores

Vera Cruz do Oeste situa-se no 3º Planalto do Estado do Paraná ou Planalto de Guarapuava, na região oeste paranaense, com uma altitude de 620 metros acima do nível do mar, uma área de 327,09 km² e população estimada de 8.918 pessoas. Situado junto às rodovias estaduais PR-488 e PR-585, tem como municípios limítrofes São Pedro do Iguaçu, Céu Azul e Diamante do Oeste (IBGE, 2017).

Em julho de 2002 em Vera Cruz do Oeste, foi inaugurada a Associação A TULHA, com o objetivo de que os agricultores do município pudessem comercializar hortaliças, frutas, plantas medicinais, panificação, mel, grãos, artesanatos, leite e derivados. Visualizando a importância de constituírem pessoa jurídica, a fim de



Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local

alcançar novos canais de comercialização, em dezembro de 2008 fundaram a Cooperativa Mista Agrofamiliar de Vera Cruz do Oeste (A TULHA, 2015).

Essa cooperativa teve como finalidade colaborar (de modo recíproco) e congregar agricultores e praticantes da agricultura familiar, a promover e ampliar a defesa dos interesses econômicos, integração, solidariedade e o crescimento social, cultural e harmônico dos seus cooperados, tendo como principais atividades econômicas o comércio atacadista e varejista de bens de consumo em geral, industrialização e beneficiamento de produtos de origem animal e vegetal, bem como prestação de serviços de transporte e de mão de obra (A TULHA, 2015).

Hoje a cooperativa conta com 48 cooperados, sendo que 15 destes são ativos e atuantes (A TULHA, 2018).

A abordagem da pesquisa caracterizou-se, quanto aos objetivos, como exploratória descritiva (LAKATOS; MARCONI, 2003). Do ponto de vista da estratégia para abordagem da situação problema caracteriza-se como qualitativa. Diehl e Tatim (2004) mencionam que há dois tipos de pesquisa: a quantitativa e a qualitativa, sendo a escolha entre elas determinada pela natureza da situação de causa e efeito, teste de hipóteses etc. Diversamente da abordagem quantitativa, a abordagem qualitativa preocupa-se com um nível de realidade que não pode ser quantificado, aprofunda-se no mundo dos significados das ações e relações humanas, um lado que não é perceptível nem captável em equações, médias e estatísticas (MINAYO, 2009).

O presente estudo é descritivo, com abordagem qualitativa por meio da estratégia de estudo de campo. A abordagem qualitativa envolve entrevistas e observações que não resultam em dados qualitativos, mas em descrições dos resultados e das impressões dos eventos. Com este enfoque, é possível explorar relações que não poderiam ser feitas de outra forma. Geralmente, não é possível incluir amostras representativas, em virtude de problemas práticos de escala e da natureza das observações e das situações estudadas (HAIR JÚNIOR et al., 2005).

Cervo et al. (2007) ressaltam que a escolha do método está vinculada ao objeto de pesquisa. No presente estudo, a considerar tratar-se de um caso específico, em uma área delimitada do ponto de vista dos procedimentos utilizados pode ser classificado como um estudo de campo, pois explora, em profundidade, situações específicas dentro de uma comunidade, aprofunda-se neste campo, porém, não é amplo.

A abordagem metodológica qualitativa tem a facilidade de

[...] analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos experimentados por grupos sociais, apresentar contribuições no processo de mudança, criação ou formação de opiniões de determinado grupo e permitir, em maior grau de profundidade, a interpretação das particularidades dos comportamentos ou atitudes dos indivíduos (OLIVEIRA, 2006, p. 117).



Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local

Tal escolha ocorre pelo fato que essa técnica de coleta de dados, conforme Blau e Scott (1970, p. 33), é um “[...] plano de pesquisa tipicamente empregado no estudo das organizações formais”. Esses autores ressaltam que o estudo de campo permite o desenho de um quadro geral da organização, além de informações a respeito da interdependência de suas partes constituintes.

3. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Nesta seção foram apresentados os resultados obtidos e as análises realizadas dos dados coletados e, para que isso fosse possível, previamente fez-se necessária a caracterização da organização objeto deste estudo.

A pesquisa realizou-se nos meses de junho e julho de 2018. Para o agendamento das entrevistas na cooperativa os pesquisadores entraram em contato via telefone, informando a finalidade didático-científica do estudo e o roteiro da entrevista a ser efetuada, após a aceitação, a mesma foi agendada.

A entrevista foi alicerçada em um questionário estruturado, composto por 13 questões abertas, cuja aplicação foi realizada junto a 10 cooperados. Por meio da assinatura de um TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, a garantia de confidencialidade foi assegurada aos pesquisados, bem como obteve-se a permissão para utilização e publicação das informações levantadas para fins científicos.

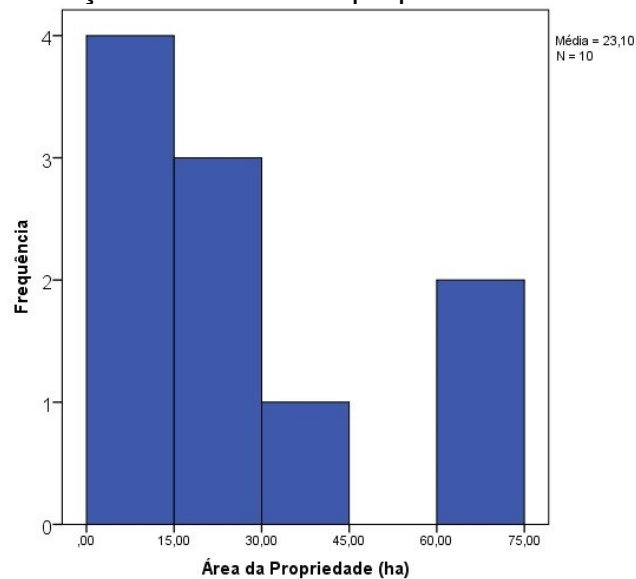
Os dados foram analisados por meio das seguintes técnicas: análise descritiva dos mesmos, em relação aos seus procedimentos; e através do uso do software SPSS Statistics.

A seguir serão apresentados os dados coletados durante as entrevistas de campo, em que foram abordadas questões no âmbito da percepção do cooperativismo pelos agricultores familiares associados a A TULHA.

Em relação ao tamanho das propriedades, verificou-se que a maior parte dos entrevistados (70%) possuía propriedade com área de até 30 ha. Sendo que apenas 20% dos entrevistados possuíam propriedade com área superior a 60 ha. Averiguou-se também que a área média das propriedades dos entrevistados ficou em 23,10 ha. Observa-se na Figura 2 a distribuição das propriedades dos entrevistados quanto a sua área.



Figura 2. Distribuição das áreas das propriedades dos entrevistados.



Fonte: Elaboração própria

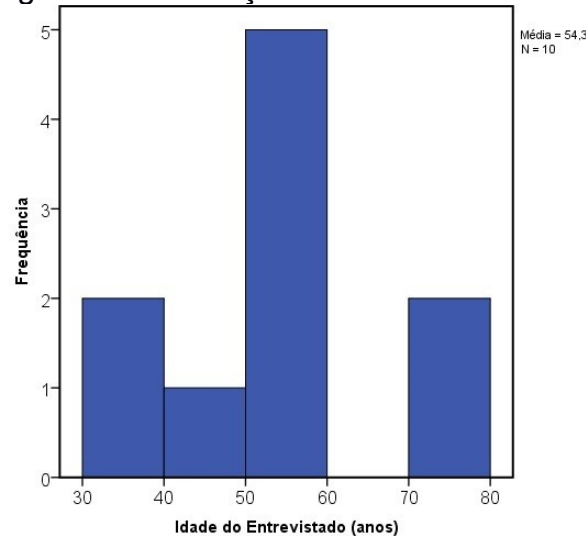
Os agricultores possuem em sua maioria, pequenas propriedades, características da agricultura familiar. Nessas propriedades é que se busca o resgate da agricultura familiar, objetivando minimizar os efeitos da crise agrícola, buscando caminhos alternativos a partir da prática da agroecologia e do resgate compartilhado de saberes ancestrais, desqualificados pela modernização da agricultura convencional, competitiva, movida por interesses utilitaristas de mercado (SANTOS, 2000).

Os entrevistados mostraram-se distribuídos dentro de várias faixas etárias (Figura 3), sendo que a idade média ficou em 54,3 anos. Verificou-se que a maior parte dos entrevistados (70%) possuíam idade superior a 50 anos e apenas 20% idade inferior a 40 anos.



Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local

Figura 3. Distribuição das idades dos entrevistados.



Fonte: Elaboração própria

Um dos grandes desafios da agricultura familiar é a sucessão familiar. Os jovens, em sua grande maioria, buscam nos centros urbanos uma melhor condição de vida e estudo, não assumindo a produção no campo. Esses fatos são ainda mais relevantes nos pequenos municípios, os quais têm sua base econômica centrada na agropecuária, pois os jovens são atraídos para municípios maiores em busca de melhores oportunidades de trabalho, ocasionando a diminuição da população, a perda de mão de obra qualificada e o envelhecimento da população rural (KIMURA, 2016; MELLO et al., 2003).

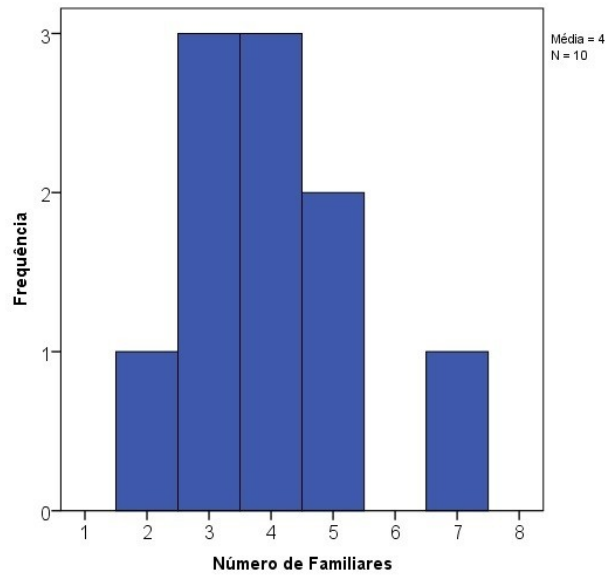
Em relação à escolaridade, apurou-se que a maior parte dos entrevistados, 60%, possuíam ensino médio completo, 10% ensino médio incompleto e apenas 30% não completaram o ensino fundamental. Não houve nenhum caso de analfabetismo ou de graduação.

Tratando-se da relação do número de familiares nas propriedades, verificou-se que as famílias dos entrevistados haviam em média 4 membros. Constatou-se que 60% das famílias tinham de 3 a 4 membros, conforme a Figura 4.



Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local

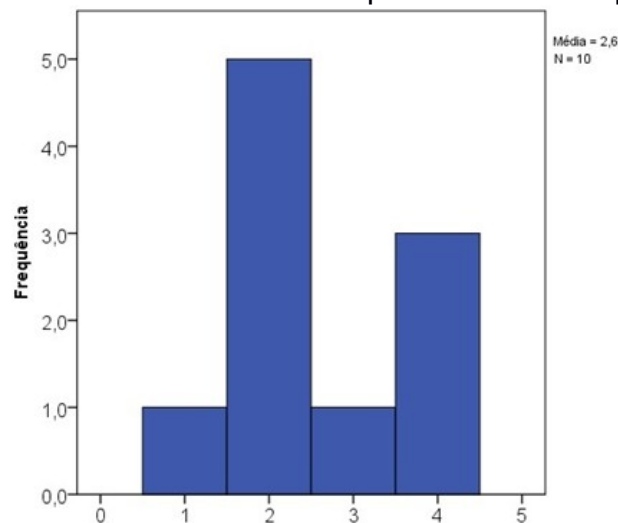
Figura 4. Número de familiares na propriedade.



Fonte: Elaboração própria

Em relação aos membros da família que trabalhavam na propriedade, verificou-se que 60% dos entrevistados possuíam até 2 membros ativos com mais de 14 anos de idade (Figura 5).

Figura 5. Membros da família que trabalham na propriedade.



Fonte: Elaboração própria

No que diz respeito ao uso de mão de obra contratada, apenas dois entrevistados declararam que havia contratação, sendo que um mencionou ser esta realizada esporadicamente, a fim de auxiliar na propriedade, e outro, havia



Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local

terceirização da limpeza. Portanto são caracterizados como estabelecimentos que praticam agricultura familiar, pois predomina a interação entre trabalho e gestão, na qual os agricultores são os agentes do processo produtivo, enfatizando o trabalho familiar, eventualmente complementado pelo trabalho assalariado (BRASIL, 2006).

Em relação ao sistema da propriedade, constatou-se que 80% dos proprietários possuíam produção convencional, enquanto 20% eram convencional e orgânico. Como produtos orgânicos eram produzidos: feijão, milho, alface, almeirão, temperos e beterraba. O TECPAR - Instituto de Tecnologia do Paraná e a BIOLABORE - Cooperativa de Trabalho e Assistência Técnica do Paraná eram os responsáveis pela certificação dos produtos orgânicos produzidos nessas propriedades mistas.

Muitas são as características que levam a alta proporção pela produção convencional, mesmo dentro da agricultura familiar, cujo espaço é ideal para o cultivo agroecológico. Após as duas grandes guerras mundiais, a indústria química encontrou na agricultura um novo mercado para os seus produtos. Conseqüentemente, várias políticas foram implementadas em todo o mundo com o objetivo de assegurar este mercado e promover a sua expansão (LONDRES, 2011).

Pesquisadores voltaram a atenção para o desenvolvimento de sementes selecionadas que pudessem responder às aplicações de adubos químicos e agrotóxicos, dando origem a um sistema de monocultura altamente mecanizado e fácil de ser organizado. Como grandes promotores da difusão do pacote tecnológico da Revolução Verde estavam a FAO – Órgão das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura e o Banco Mundial. No Brasil, a implementação da chamada “modernização da agricultura” foi forçada por várias políticas (LONDRES, 2011).

Iniciou-se na década de 70 a era dos defensivos agrícolas, por conta do grande estímulo do governo ao liberar crédito facilitado vinculado ao uso de agrotóxicos (MACHADO, 2007).

De acordo com dados do SINDAG - Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Agrícola, como protagonista deste processo, em 1965 o SNCR - Sistema Nacional de Crédito Rural foi o grande promotor da difusão de insumos agrícolas, no entanto, esse sistema de crédito vinculou a obrigatoriedade da compra de sementes e insumos. Nessa condição, o sistema convencional se tornou um círculo vicioso no qual não existe libertação do agricultor. Este está preso com dívidas ao sistema, pelo financiamento de sementes e insumos agrícolas (LONDRES, 2011).

A agricultura química vem apresentando resultados piores na relação produtividade x custos de produção, deixando agricultores cada dia mais descapitalizados ao longo das últimas décadas. Como resultado, somente a produção em escala é capaz de proporcionar ganhos satisfatórios, colaborando para a concentração de terra e renda no país, marginalizando e expulsando os agricultores familiares, reféns do modelo convencional. A autora ainda chama a



Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local

atenção de que este modelo só se mantém funcional devido ao forte subsídio do Estado, com a bancada ruralista, ano após ano, renegociando e indultando dívidas do setor (LONDRES, 2011).

Em outra análise, encontra-se a complexidade da produção orgânica em meio às vastas produções convencionais. Regulamentações e questões impostas pelas leis e certificadoras tornam-se um entrave para o crescimento das unidades de produção orgânica, bem como para a conquista de novos mercados a partir da certificação de seus produtos. A produção orgânica igualmente requer mão de obra e conhecimento agroecológico para manejo adequado da produção (PINHEIRO, 2012).

A agroecologia é uma ciência que busca estabelecer uma base teórica para diferentes movimentos de agricultura não convencional. Requer o profundo entendimento acerca do funcionamento de agroecossistemas, bem como de suas interações, tendo como princípio a conservação e o aumento da biodiversidade dos sistemas agrícolas, capazes de produzir autorregulação e, por conseguinte, sustentabilidade (ASSIS, 2006).

Para Porto (2007), a produção agroecológica é, normalmente, realizada em estabelecimentos rurais familiares, mas necessita, no entanto, maior mão de obra do que a produção realizada de forma intensiva e convencional, sendo essa característica mais um entrave que dificulta a produção orgânica e agroecológica. Pois ainda para Barros e Silva (2010), a tecnificação e industrialização da agricultura provocaram impactos significativos nos setores ambientais, sociais e econômicos, com aumento do desemprego e do êxodo rural, conseqüentemente, diminuição da mão de obra.

Em relação aos produtos produzidos, verificou-se que 90% dos entrevistados produziam 6 ou mais produtos, sendo que o restante (10%) produzia 2 produtos para venda na cooperativa.

Constatou-se que as propriedades detêm de uma produção diversificada, incluindo: alface, rúcula, agrião, almeirão, acelga, brócolis, couve-flor, couve-folha, chicória, repolho, laranja, limão, mexerica, pêssego, ponkan, uva, soja, milho verde, feijão, nabo, rabanete, chuchu, pepino, cenoura, beterraba, vagem, quiabo, jiló, mandioca, tomate, batata doce, inhame, abobrinha, pimenta, temperos diversos, pão, cuca, calça virada, pé de moleque, quibe, coxinha, pastel, lasanha, macarrão, salame, conservas, ovos, frango caipira, leite, ervas medicinais, entre outros.

A produção diversificada de produtos é uma característica presente em muitas unidades familiares (ABRAMOVAY, 1997). A diversificação é considerada uma estratégia de redução dos riscos (climáticos, oscilações de preços etc.) usada pelos agricultores familiares, também pode ser vista como uma possibilidade de inserção de todos os membros da família em



Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local

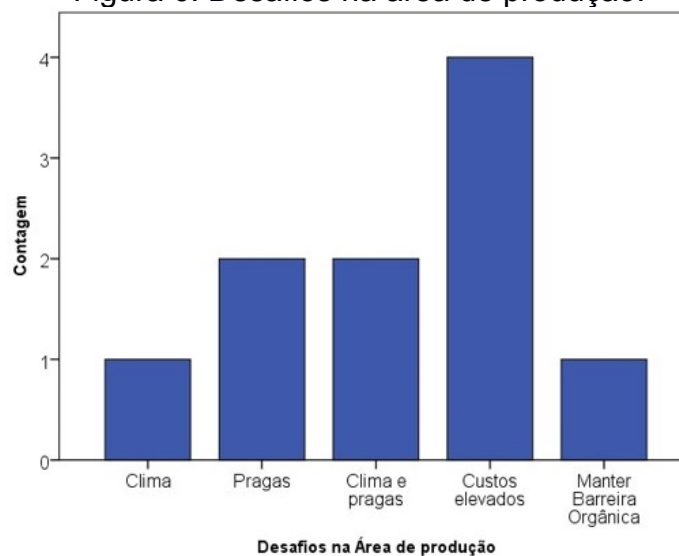
determinadas atividades que podem ser de caráter agrícola e não agrícola (BUAINAIN et al., 2003).

Em relação aos desafios na área de produção, 50% dos proprietários mencionaram que clima e pragas isoladamente ou concomitantemente representavam os maiores desafios a serem vencidos. Dos entrevistados, 40% apontaram os custos elevados na produção e 10% manter a barreira orgânica (Figura 6).

Além dos desafios citados pelos entrevistados, a EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária elenca como maior desafio da agricultura na atualidade a obtenção da lucratividade, capaz de remunerar os custos, assegurar novos investimentos e garantir adequada qualidade de vida ao agricultor.

Com o passar do tempo, novas tecnologias estão sendo incorporadas aos sistemas produtivos, o que tem assegurado contínuo aumento de produtividade. De março de 1990 até hoje, a área plantada com grãos cresceu 61%, enquanto a produção aumentou 310%, um aumento espetacular da produtividade. No Brasil incorporar aos diferentes modelos de produção existentes, os conhecimentos disponíveis, proporcionará um salto significativo para a agricultura, que ofertará mais alimentos, energia e fibra para a população mundial, além de assegurar melhor nível de renda àqueles que se dedicam (EMBRAPA, 2018).

Figura 6. Desafios na área de produção.



Fonte: Elaboração própria

Os desafios em relação a produção nas maiores propriedades concentrou-se em manter a barreira orgânica e preocupações com o clima. Em propriedades menores de 1 ha houve receios relacionados aos custos elevados. Na faixa de



Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local

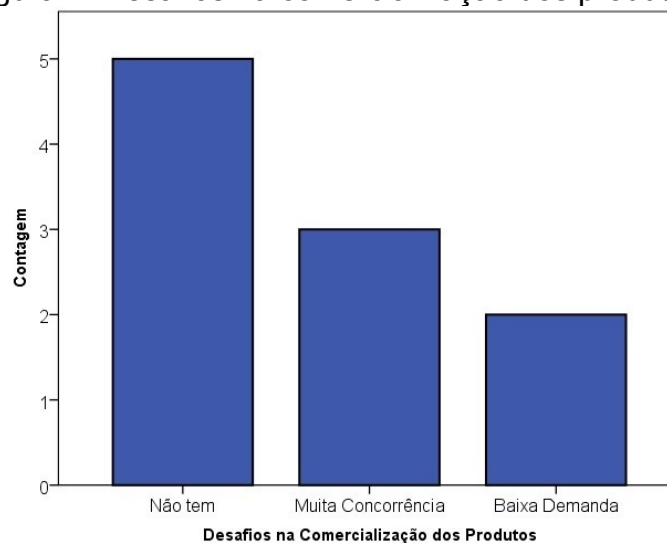
propriedades intermediárias (7,26 a 31,46 ha) apresentaram-se inquietações com relação ao clima, pragas e custos elevados.

Em relação aos desafios na comercialização, 50% dos entrevistados apontaram não ter dificuldades. Os demais mencionaram a elevada concorrência e a baixa demanda, conforme a Figura 7.

O cooperado encontra, cada vez mais, um consumidor exigente sobre a decisão de compra. Quanto ao consumidor, ele considera um conjunto de fatores como: preço, qualidade, origem, procedência, sustentabilidade, relação com o meio ambiente, com os colaboradores e comunidades participantes do processo (BITTENCOURT, 2018).

As estruturas cooperativas modernas precisam manter o seu papel de sistema produtivo centrado no homem e, ao mesmo tempo, aperfeiçoar uma organização preparada para competir com empresas de outras naturezas com orientação para o mercado (ZYLBERSZTAJN, 1994).

Figura 7. Desafios na comercialização dos produtos.



Fonte: Elaboração própria

Com relação ao processo de comercialização, onde se encontram os principais gargalos para os agricultores, as cooperativas contribuem para que estes possam oferecer o que o mercado demanda em termos de volume, diversidade, qualidade e regularidade na oferta (SILVA; SCHULTZ, 2017).

Recentemente, a criação de políticas públicas de apoio à comercialização foi responsável por estimular a criação de cooperativas, associações, consórcios, redes e outros arranjos organizativos da ação coletiva que refletem a diversidade encontrada no campo da agricultura familiar. Tais empreendimentos apesar de terem ganhado novo impulso a partir do estímulo das políticas, trazem consigo os desafios inerentes ao processo de mercantilização da agricultura familiar, sobretudo



Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local

no campo da gestão, o que dificulta seu próprio acesso aos programas governamentais, pois estes, ainda que pretendam ser específicos para a realidade dos agricultores familiares, tendem a seguir a lógica dominante do mercado (SILVA; SCHULTZ, 2017).

Ao serem questionados sobre os canais de comercialização dos produtos, os entrevistados relataram além da cooperativa em estudo, a feirinha municipal de Vera Cruz do Oeste, a COOPERCAM - Cooperativa de Industrialização e Comercialização Camponesa, CEASA de Foz do Iguaçu - Centro de Abastecimento, restaurantes e mercados do município e de municípios vizinhos, amigos e conhecidos da cidade, entre outros.

De acordo com Zardo (2014), canal de comercialização é o caminho percorrido pela mercadoria desde o produtor até o consumidor final, ou seja, é a sequência de etapas pelas quais passa o produto, sob ação de diversos agentes, até atingir o destino final, o qual também mostra a forma como os agentes se organizam e se agrupam para o exercício da transferência da produção ao consumo.

A composição do canal está vinculado as características do produto, da produção e do mercado consumidor. Quanto mais pulverizada for a produção, isto é, grande número de produtores e baixo volume de produção, maior o número de agentes necessários para reunir esta produção em lotes maiores; bem como quanto mais perecível for o produto, mais curto deve ser o canal a fim de minimizar as perdas deste; quanto maior a proximidade da produção ao centro consumidor, mais curto tende a ser o canal; quanto mais elevado o valor unitário do produto, mais curto deve ser o canal, porque o lucro é obtido da venda de poucas unidades; e consumos sazonais oferecem canais mais longos (ZARDO, 2014).

Zardo (2014) enfatiza a importância de se conhecer os canais de comercialização de um produto para saber o funcionamento do mercado e compreender o processo de formação de preços é essencial para identificar possíveis oportunidades de negócios ou possíveis parceiros nestas oportunidades.

Outro quesito importante para o desenvolvimento das atividades produtivas é a capacitação dos cooperados, a qual se refere a um processo educativo, relacionado à realidade do seu meio, visando a ampliação e a melhoria nas competências diárias, o que refletirá em melhor produtividade, rentabilidade e competitividade no setor (SENAR, 2014).

A grande maioria dos cooperados (90%) relataram que estão em constante aperfeiçoamento, buscando a participação em cursos, sendo os mesmos oferecidos pela Biolabore, Emater - Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural, Prefeitura do Município de Vera Cruz do Oeste e de São Pedro do Iguaçu (cidade vizinha), Itaipu Binacional, FAG - Centro Universitário Fundação Assis Gurgacz, SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial e Sindicato Patronal, bem como participam de palestras e dias de campo.

Quando questionados sobre as razões de se associarem com outros produtores os entrevistados citaram: a possibilidade de interagir com outras



Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local

peessoas, o que permite a troca de conhecimento; a maior facilidade de venda de produtos, enfatizando o caso da venda de produtos para a Merenda Escolar do município, o qual só se tornou possível através da cooperação de produtores; além da possibilidade de negociar o preço de insumos adquiridos em maior quantidade (embalagens para os produtos e farinha para a produção de panificados).

Para Batalha et al. (2005, p. 15) a sobrevivência sustentável da agricultura familiar brasileira depende da capacidade de intensificar a geração/agregação de valor, sendo que:

a maior parte das estratégias de agregação de valor passa, necessariamente, pela criação e gestão de formas associativas que congreguem um conjunto de agricultores familiares. Estas instituições associativas podem ter formas e objetivos diferentes. Quanto à forma, podem se traduzir em associações ou cooperativas com alcance, estratégias e objetivos muito diversificados.

Os autores ainda acrescentam que aumentar o poder de barganha frente a fornecedores de insumos ou clientes e alcançar escalas de produção que possibilitem acesso aos canais de distribuição nos quais isoladamente não poderiam participar, são alguns dos objetivos de os produtores familiares associarem-se (BATALHA et al., 2005).

Lourenzani e Silva (2003), estudando pequenos produtores de tomates nas regiões de Itapetininga, Mogi-Mirim e Campinas - SP, verificaram a relevância da escala de produção para o acesso dos produtores à distribuição via super e hipermercados, bem como ineficiência no controle financeiro, nos sistemas de gestão da qualidade e a ausência de planejamento da produção nas propriedades rurais dificultam sobremaneira a participação destes produtores em canais de distribuição mais dinâmicos.

Tratando-se dos principais pontos fortes da cooperativa A TULHA, foram citados pelos entrevistados: a sua localização, facilitando a venda dos produtos e a maior divulgação dos artigos, feita pelos funcionários da cooperativa.

Dentre os pontos fracos da cooperativa em estudo, os entrevistados enfatizaram os problemas relacionados a administração e gestão anterior, devido à atrasos no pagamento e acúmulo de dívidas. Já em relação a presente gestão foi mencionado a maior necessidade de organização, em razão de muitos produtores venderem o mesmo produto.

Batalha et al. (2005) salientam que formas associativas de produtores agrícolas familiares enfrentam desafios diferentes e para que uma determinada rede seja capaz de explorar eficientemente as externalidades positivas desta, é de extrema necessidade a disposição de uma organização interna eficiente.

Quando os cooperados foram questionados sobre de que forma a cooperação com outros produtores influenciava para o seu desenvolvimento pessoal, obtiveram-se as seguintes respostas (Tabela 1):



Tabela 1. Influência da cooperação com outros produtores para o desenvolvimento pessoal.

Entrevistados	Respostas
Entrevistado 1	"A cooperação permite a troca de ideias entre os produtores, um ajuda o outro. Trocamos ideias sobre plantio, pragas, defensivos, entre outros, evitando gastar dinheiro à toa. Também trocamos mudas e variedades".
Entrevistado 2	"Pouco, pois quase não vejo os outros cooperados. Nos vemos mais nas reuniões".
Entrevistado 3	"Troca de ideias e mudas".
Entrevistado 4	"A cooperação melhorou a questão financeira da família, pois compramos um carro. Com melhor condição financeira nos sentimos melhor pois podemos comprar um calçado, caminhoneta, trator, facilitando a vida. Moramos a 15 km da cidade, sendo 5 km com estrada de chão, dificultando a chegada do caminhão da prefeitura, hoje temos o nosso próprio trator. A comunidade não depende tanto do prefeito. Melhoramos a casa com o dinheiro do campo, 80% melhorou com o trabalho no campo, economia, aproveitamento e valorização em tudo que produz. Temos planos de comprar uma caminhoneta maior".
Entrevistado 5	"Troca ideias e faz muitas amizades".
Entrevistado 6	"Troca de informações, as vezes falsas e as vezes verdadeiras, o que é sempre um aprendizado. Não pode confiar em ninguém hoje em dia".
Entrevistado 7	"Gera benefícios para a saúde, pois sei que vendo os produtos e isso é um incentivo para trabalhar".
Entrevistado 8	"Integração, troca de experiências e ideias".
Entrevistado 9	"Não influencia".
Entrevistado 10	"Traz benefícios na renda, troca de informações para futuramente produzir orgânicos".

Fonte: Elaboração própria

A dificuldade é encontrar o ponto de equilíbrio entre as propensões de cada membro da sociedade e os objetivos coletivos simbolizados nas necessidades da cooperativa em continuar ativa e dinâmica. A organização dos cooperados em torno da sua cooperativa tem a função principal de buscar um canal de interlocução frequente destes com a sua administração propiciando o equilíbrio que a sociedade necessita (OCEPAR, 1992). Consequentemente, o obstáculo para as estruturas cooperativas modernas é manter seu papel de sistema produtivo centrado no homem e, ao mesmo tempo, desenvolver uma organização capaz de competir com empresas de outras naturezas com orientação para o mercado, isso na visão de Zylbersztajn (1994).

Muitos têm sido os motivos que levam pessoas a desenvolverem trabalhos conjuntos. Na visão de Contractor e Lorange (1988), a cooperação promove simultâneos caminhos para o sucesso. A colaboração entre produtores tem assumido um significado crescente, no que se refere à forma potencial para a solução de problemas, uma vez que que estão em um ambiente aberto e sujeito a mudanças.

A cooperação pode ser considerada como um meio de formar parcerias, uma verdadeira relação de troca nos diversos sentidos, econômicos, tecnológicos,



Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local

socioculturais e formando relações que permitam um acesso mais rápido às constantes transformações trazidas pela globalização (PEREIRA; LOPES, 2013).

Clegg e Hardy (2001) citam que pode existir para uma troca de informações formais e informais para um processo, buscando favorecer o desenvolvimento econômico e proporcionar a criação e distribuição de riquezas.

Por fim, na última pergunta da entrevista realizada, foi questionado aos cooperados quais entidades do município contribuam com ações para o desenvolvimento do cooperativismo. As entidades mencionadas foram a Prefeitura Municipal, citada por 100% dos respondentes, seguida da Emater, com 60% e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Vera Cruz do Oeste, com 20%.

Os números refletidos nas citações dos entrevistados demonstraram que embora algumas entidades são mais abordadas pelos agricultores, todas tem parcelas significativas, tanto em relação aos seus processos produtivos, quanto comerciais, lhes fornecendo suporte e orientação, por meio da promoção de cursos e treinamentos gratuitos, assistência técnica, fornecimento de local para a sede da cooperativa, divulgação de produtos e logística.

É relevante os esforços enviados por estas entidades cujo objetivo é atender os desafios de aliar crescimento econômico com distribuição de renda e geração de oportunidade de trabalho, no sentido de fortalecer as cooperativas de agricultura familiar, contribuindo decisivamente na promoção do desenvolvimento local sustentável, por meio da produção e comercialização de alimentos, redução da pobreza e inclusão socioeconômica de milhões de brasileiros que buscam melhores condições de vida (FERREIRA, 2005).

4. CONCLUSÃO

Este estudo teve como objetivo identificar a percepção dos cooperados da A TULHA, visando fortalecer sua participação no mercado local para comercialização de seus produtos.

O cooperativismo está presente no cotidiano das pessoas, participando de modo geral do desenvolvimento da sociedade. Busca a promoção do bem coletivo, mutualidade, redução de desigualdades, entre outros aspectos importantes que foram destacados no decorrer da pesquisa. Compreende-se que a soma de valores coletivos, repassados de geração para geração, modifica conceitos junto à sociedade gerando benefícios e desenvolvimento local.

Ao coletar e analisar os resultados obtidos através dos atores entrevistados, foi possível observar a agricultura familiar, não à margem de uma inserção no mercado, mas ao contrário, no que diz respeito à forma equilibrada dessa inserção, se organizando como uma cooperativa.

Existem grandes desafios na produção orgânica, considerando o desejo de alguns agricultores iniciarem o cultivo orgânico, e também na desistência da



Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local

produção orgânica devido à complexidade em termos de manejo e cuidado. A sucessão familiar traz grandes preocupações para a vida dos pequenos agricultores no campo. Muitos estudos demonstram o envelhecimento da população rural e o êxodo dos jovens do campo para a cidade em busca de melhores condições de vida e trabalho, dados corroborados pelos resultados obtidos nas entrevistas.

Ainda, conforme evidenciado nos resultados, semelhante às empresas, as cooperativas da agricultura familiar para conseguirem cumprir o papel de garantir melhores condições de acesso aos mercados para os agricultores familiares, têm necessidade de se adequar as regras de funcionamento do processo de comercialização cooperativo, promovendo a articulação com todos os segmentos.

As informações levantadas na cooperativa em estudo evidenciam que, apesar dos desafios no processo produtivo e na comercialização dos produtos, problemas enfrentados no campo de gestões e demais dificuldades encaradas de um modo geral, colocam o cooperativismo como responsável por desempenhar um papel fundamental e estratégico para o fortalecimento dos agricultores familiares, como agente relevante para o desenvolvimento. Para isso, é preciso que a cooperativa supere o conjunto de desafios diários e passe da perspectiva da individualidade isolada a perspectiva planetária, através do sentimento de comunidade e prestação de auxílio mútuo para um fim comum.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. Agricultura familiar e uso do solo. **São Paulo em perspectiva**. São Paulo, v. 11, n. 2, p. 73-78, 1997.

ASSIS, R.L. Desenvolvimento rural sustentável no Brasil: perspectivas a partir da integração de ações públicas e privadas com base na agroecologia. **Economia Aplicada**, v. 10, n. 1. Ribeirão Preto, 2006.

A TULHA - Cooperativa Mista Agrofamiliar de Vera Cruz do Oeste. **Estatuto Social**. 2015.

BARROS, J.D.S.; SILVA, M.F.P. da. Práticas agrícolas sustentáveis como alternativas ao modelo hegemônico de produção agrícola. **Sociedade e Desenvolvimento Rural OnLine**. v. 4, n. 2, 2010.

BATALHA, M.O.; BUAINAIN, A.M.; SOUZA FILHO, H.M. Tecnologia de gestão e agricultura familiar. In: SOUZA FILHO, H.M.; BATALHA, M.O. (Org.). Gestão integrada a agricultura familiar. São Carlos: Edufscar, 2005.

BIALOSKORSKI NETO, S.; ZYLBERSZTAJN, D. Cooperativismo: economia de empresas e estratégias. **Perspectiva Econômica**, São Leopoldo, v. 29, n. 84, p. 7-22, 1994.



Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local

- BITTENCOURT, D. **Agricultura familiar, desafios e oportunidades rumo à inovação**. SF Agro, FARMING. EMBRAPA, 2018.
- BLAU, P.M.; SCOTT, W.R. **Organizações formais**: uma abordagem comparativa. São Paulo: Atlas, 1970.
- BRASIL. Lei no 11.326, de 24 de julho de 2006. **Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional de Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais**. Brasília: Diário Oficial da União, 2006.
- BUAINAIN, A.M.; ROMEIRO, A.R.; GUANZIROLI, C. Agricultura familiar e o novo mundo rural. **Revista Sociologias**, Porto Alegre, a. 5, n. 10, p. 312-347. 2003.
- CARVALHO, M.F. **Uma contribuição ao estudo da controladoria em instituições financeiras organizadas sob a forma de banco múltiplo**. 2005. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.
- CERVO, A.L.; BERVIAN, P.A.; SILVA, R.D. **Metodologia científica**. 6 ed. São Paulo: Person Prentice Hall, 2007.
- CHAMBERS, R.; CONWAY, G.R. **Sustainable rural livelihoods**: practical concepts for the 21st century. Institute of development studies: Discussion Paper, n. 296. 1992.
- CLEGG, S.R.; HARDY, C. Organização e estudos organizacionais. In: CLEGG, S.R.; HARDY, C.; NORD, W.R. (Org.). **Handbook de estudos organizacionais**. São Paulo: Atlas, v. 2. 2001.
- CONTRACTOR, F.; LORANGE, P. Why should firms cooperate? The strategy and economics basis for cooperative ventures. In: CONTRACTOR, F.; LORANGE, P. (Ed.). **Cooperative strategies in international business**. Lexington: Lexington Books, 1988.
- CUNHA, G.C.; DAKUZAKU, R.Y.; SOUZA, A.R. de. (Org.). **Uma outra economia é possível**: Paul Singer e a economia solidária. São Paulo: Contexto, 2003. 320 p.
- DIEHL, A.A.; TATIM, D.C. **Pesquisa em ciências sociais aplicadas**. São Paulo: Pearson, 2004.
- EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. **Os desafios da agricultura moderna**. 2018.
- FERREIRA, J.P.C. **Estatuto Social da União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária - UNICAFES**. Luziânia: 2005.
- FIGUEIREDO, S.; CAGGIANO, P.C. **Controladoria**: teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2009.



Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local

GRAMACHO, A. Cooperativas agrícolas e globalização. **Agroanalysis**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 8, p. 14-15, 1997.

HAIR JÚNIOR, J.F. ANDERSON, R.E.; TATHAM, R.L.; BLACK, W.C. **Análise Multivariada de dados**. 5 ed. Porto Alegre: Bookman, 2005. 600 p.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Sala de imprensa**. 2015.

_____. **Vera Cruz do Oeste**. 2017. Disponível em:

<<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/vera-cruz-do-oeste/panorama>>. Acesso em: 14 jun. 2018.

KIMURA, I.M. **Sucessão na agricultura familiar**. 2016.

KUMMER, L. **Metodologias participativas no meio rural**. Uma visão interdisciplinar. Conceitos, ferramentas e vivências. Salvador: GTZ, 2007. 155 p.

LAKATOS, E.M.; MARCONI, M.A. **Fundamentos de metodologia científica**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LONDRES, F. **Agrotóxicos no Brasil: um guia para ação em defesa da vida**. Rio de Janeiro: AS-PTA – Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa, 2011.

LOURENZANI, A.E.B.S.; SILVA, A.L. Gestão da propriedade rural e seus impactos acerca dos canais de distribuição: um estudo exploratório sobre o tomate in natura. **Anais... XLI Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural**. Juiz de Fora. 2003.

MACHADO, E.P. **Relação entre taxas de mortalidade do câncer e a quantidade de agrotóxicos teoricamente usada no Estado do Paraná**. 2007. 139 f. Dissertação (Mestrado em Farmácia) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.

MELLO, M.A.; ABRAMOVAY, R.; SILVESTRO, M.L.; DORIGON, C.; FERRARI, D.L.; TESTA, V.M. Sucessão hereditária e reprodução social da agricultura familiar. **Revista de Economia Agrícola**, v. 50, n. 1, p. 11-24, São Paulo, 2003.

MINAYO, M.C.S. (Org.). **Pesquisa social**. Teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2009. 80 p.

MOTTA, M.M.M. (Org.). **Dicionário da Terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

NOVAES, H.T. Qual autogestão? In: NOVAES, H.T. (Org.). **Retorno do caracol à sua concha**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

OLIVEIRA, D.P.R. **Manual de gestão das cooperativas: uma abordagem prática**. São Paulo: Atlas, 2006.



Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local

OCB - ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS. 2018. Disponível em: <<http://www.ocb.org.br/>>. Acesso em: 08 jul. 2018.

OCEPAR – Organização das Cooperativas do Estado do Paraná. **Autogestão – a função do cooperado**: como organizar-se. 2 ed. Curitiba: OCEPAR, 1992. 64 p.

PEREIRA, A.S.; LOPES, F.D. A influência da cooperação estratégica no processo de desenvolvimento do turismo de Natal (RN): análise de relações entre os stakeholders. **Revista Brasileira de Estratégia**, v. 6, n. 2, p. 137-150. 2013.

PEREIRA JÚNIOR, P.J.; GONÇALVES, P.R.S. **A empresa enxuta**. Rio de Janeiro: Campus, 1995.

PINHEIRO, K.H. **Produtos orgânicos e certificação**: o estudo desse processo em uma associação de produtores do município de Palmeira – PR. 2012. 116 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Ponta Grossa, 2012.

PINHO, D.B. **Dicionário de cooperativismo**: doutrina, fatos gerais e legislação cooperativa brasileira. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1962.

PINHO, D.B. **A cooperativa**: associação de pessoas e empresa econômica. São Paulo: Coopercultura, p. 9-17, 1986.

PINHO, D.B.; AMARAL, C.M. **Cooperativas brasileiras de trabalho**: atividade solidária criação de emprego e qualidade de vida. São Paulo: Fapesp/Unimed do Brasil IPE/FIPE, 1993.

POLONIO, W.A. **Manual das sociedades cooperativas**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2001.

PORTO, M.F. Agrotóxicos, saúde coletiva e insustentabilidade: uma visão crítica da ecologia política. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 12, n. 1, p. 15-24, 2007.

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**: do pensamento único a consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2000.

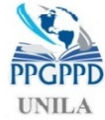
SCHMIDT, R.M.; TEODORO, P.A.V.B.; MIYAZAKI, J.; GAFFURI, J.; NAZZARI, R.K.; BERTOLINI, G.R.F. Cooperativismo, uma alternativa de geração de renda para pequenos e médios produtores rurais. In: 2º Seminário Nacional Estado e Políticas Sociais no Brasil. UNIOESTE, 2005.

SENAR - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural. **Formação profissional rural - O que é?** 2014.

SILVA, C.V.S.; SCHULTZ, G. Acesso a mercados e gestão de cooperativas da agricultura familiar no Brasil. **Revista Espaço**, v. 38, n. 44, 23 p. 2017.



REVISTA ORBIS LATINA
ISSN: 2237 6976



página 319

Edição Especial Cooperativismo e Desenvolvimento Local

SINGER, P. **Globalização e desemprego**: diagnósticos e alternativas. 7 ed. São Paulo: Contexto, 2008. 139 p.

TAUILE, J.R. **Trabalho, autogestão e desenvolvimento**: escritos escolhidos 1981-2005. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2009. 385 p.

UNICAFES - União de Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária. **Documento Base V Congresso**, Brasília. 2017.

ZARDO, A.R. **Plano de aprimoramento da cooperativa**. Foz do Iguaçu: Emater, 2012.

_____. **Plano de aprimoramento de cooperativa**. 2 ed. Foz do Iguaçu: Emater, 2014.

ZYLBERSZTAJN, D. Organização de cooperativas: desafio e tendências. **Revista de Administração**, São Paulo, v. 29, n. 3, p. 23-32. 1994.

*Recebido em 30/11/2018
Aprovado em 17/01/2019*